



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JULIA LEOCÁDIA FELICE BARRAGANA

SEGUIR TRILHOS OU ABRIR TRILHAS?

Reflexões sobre a importância do educador social a partir de uma experiência de estágio
obrigatório

Brasília – DF

2023

JULIA LEOCÁDIA FELICE BARRAGANA

SEGUIR TRILHOS OU ABRIR TRILHAS?

Reflexões sobre a importância do educador social a partir de uma experiência de estágio obrigatório

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Faculdade de Educação como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia sob orientação da Profa. Dra. Silmara Carina Dornelas Munhoz.

Brasília – DF

2023

JULIA LEOCÁDIA FELICE BARRAGANA

SEGUIR TRILHOS OU ABRIR TRILHAS?

Reflexões sobre a importância do educador social a partir de uma experiência de estágio obrigatório

Aprovado em: ____/____/2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra. Silmara Carina Dornelas Munhoz- Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Dra. Cândida Beatriz Alves
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Ma. Lucimara Gomes Oliveira de Moraes
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

BRASÍLIA

2023

Dedico este trabalho aos meus pais, por cada um de sua maneira me inspirar e incentivar durante a graduação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus cachorrinhos, Lisbela e Azeitona, por me darem conforto, amor e carinho incondicionalmente.

Ao meu melhor amigo e companheiro Rodrigo por sempre me incentivar, me apoiar durante a graduação e por generosamente me emprestar a sua família enquanto estou longe da minha.

Às mulheres que são exemplos de força, competência e inteligência na minha vida: Minha vó Ziza, minha mãe Gisele, minha mainha Lelice, minha madrinha Maria Ilaine e minhas irmãs Camila e Sofia.

Ao meu pai, Márcio, meu maior fã, que acredita e torce por mim mais que qualquer outra pessoa, minha madrastra Beatriz, que sempre me encheu de carinho e meu irmãozinho Pedro, que me faz querer ser uma pessoa melhor e um bom exemplo a ser seguido.

Aos meus amigos de Brasília que fizeram dessa cidade um lar.

À minha psicóloga Amona, por ter me ajudado tanto durante meus questionamentos e inseguranças e aos meus psiquiatras sem os quais não teria conseguido respeitar meus limites e dificuldades durante a graduação.

As pessoas que conheci no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por terem me ensinado tanto e sido inspiração para o meu Trabalho Final de Curso.

Finalmente, à minha orientadora Prof. Dra. Silmara por ser a personificação de atenção em forma de professora universitária e por ter me ajudado a vencer a etapa mais assustadora da graduação com sua doçura e empatia.

*Said: it looks to me like they've all gone wild
It was peaceful back when I was a child
Well, man, could it be that the girls and boys
Are trying to be heard above your noise?
And the lonely voice of youth cries: What is truth?
(...)*

*Yeah, the ones that you're calling wild
Are going to be the leaders in a little while
This old world's wakin' to a new born day
And I solemnly swear that it'll be their way
You better help the voice of youth find: What is truth? (Cash, 1971).*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir, por meio de uma experiência de estágio obrigatório, sobre a educação social e a importância do pedagogo como educador social, retratando assim, a relevância do estágio para formação do pedagogo, especificamente aqui, o educador em espaços não escolares. Optou-se pela retomada dos registros realizados durante o estágio em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, situado no Plano Piloto do Distrito Federal. A instituição atende aproximadamente 130 crianças e adolescentes de seis a dezessete anos do Distrito Federal e entorno. As situações aqui descritas e analisadas foram retiradas da convivência diária e de diálogos não estruturados com os educadores, gestores, crianças e adolescentes da instituição. O estudo proporcionou uma reflexão acerca das relações entre educador social, sua atuação e sua importância para a construção de vínculos e autonomia das crianças, além da riqueza dos ambientes socioassistenciais para formação de um pedagogo sensível, mediador e acolhedor.

Palavras-chave: Educador social; Serviço de Convivência; Espaços não escolares; Estágio obrigatório.

ABSTRACT

The present work aims to think, through a mandatory internship experience, on social education and the importance of the pedagogue as a social educator, describing the relevance of the internship for the formation of the pedagogue, specifically here, the educator in non-school environments. It was decided to write the memories made during the internship at a Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, located in the Plano Piloto of the Federal District. The institution serves approximately 130 children and adolescents aged between six and seventeen years in the Federal District and surroundings. The situations described and analyzed here were taken from daily life and from non-structured dialogues with the institution's educators, managers, children and adolescents. The study provided a reflection on the connection between social educators, their expertise and relevance at bonding and supporting children's autonomy, also the richness of social assistance environments for the formation of a sensitive, mediating and welcoming educator.

Keywords: Social Educator; Social Center; Non scholar environment; Internship experience.

SUMÁRIO

1 A ESTRADA DA EDUCAÇÃO, OS DESVIOS, BIFURCAÇÕES, TROPEÇOS E A CHEGADA À EDUCAÇÃO SOCIAL.....	9
2 “EDUCAÇÃO SOCIAL É PARA QUEM GOSTA”.....	11
3 OBJETIVOS	14
3.1 Objetivo Geral	14
3.2 Objetivos Específicos.....	14
4 METODOLOGIA.....	15
4.1 O que é Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)?.....	16
4.2 O que é Serviço de Acolhimento?.....	17
4.3 O espaço.....	20
5 OS RELATOS.....	21
5.1 “Os meninos são terríveis”.....	21
5.2 Alô?Alô? Quem fala?	27
5.3 O batom <i>rosado</i>	30
5.4 Mas de quem é a bola?	33
5.5“Você consegue sim”	36
6 O FIM...MAS SÓ DO TRABALHO...PARA MINHA TRAJETÓRIA É SÓ O COMEÇO.....	40
REFERÊNCIAS	43

1 A ESTRADA DA EDUCAÇÃO, OS DESVIOS, BIFURCAÇÕES, TROPEÇOS E A CHEGADA À EDUCAÇÃO SOCIAL

Meu interesse pela educação começou como o de várias outras crianças: brincando de escolinha. Das memórias mais doces que tenho da minha infância consigo me lembrar do quadro negro, o giz, a mesinha baixa onde meu pai sentava e, pacientemente, ficava horas interpretando diferentes personagens enquanto eu escrevia atividades do meu livro didático favorito no quadro, mas não vamos confundir o carinho pela educação com a vontade de ir para a escola. Sabe aquela criança que chora todo dia quando chega à escola e se agarra nas pernas dos pais? Essa era eu também, todo dia desde o jardim de infância até a alfabetização eu torturava os ouvidos de toda a escola de Freiras onde estudava.

Com a separação dos meus pais, mudamos de cidade e fomos para São Raimundo Nonato, no interior do Piauí, onde minha mãe se dedicou ao seu trabalho de professora/pesquisadora da universidade e ao seu mestrado. Ela trabalhava de segunda a segunda e mergulhava totalmente nos estudos da pós-graduação. Quando ia dar aula, muitas vezes me levava e eu dormia no seu colo, enquanto a ouvia discursar sobre arqueologia. Admirava e admiro o seu jeito de explicar, o timbre da sua voz, a paixão pela docência e pela sua profissão e queria ser exatamente como ela. Infelizmente hoje em dia não posso ficar no seu colo quando a acompanho no trabalho, mas ainda amo acompanhar suas aulas.

Também guardo com apreço lembranças boas da educação básica, da minha professora Claudiana que tinha tanto carinho pela profissão, da minha professora Natércia que foi a primeira pessoa a perceber que eu precisava de óculos, além de ser a mulher mais bonita e elegante de todo o colégio, do meu professor Coriolano, o melhor professor de ciências e biologia que eu já tive, nascido e criado no interior do Piauí, fazia qualquer assunto parecer fácil e divertido.

Na minha adolescência a relação com a educação foi fortalecida. Com 14 anos eu passava a tarde dando aulas de reforço, ganhava uma fortuna de 20 reais por mês e tinha cinco alunas em período de alfabetização. Não entendia nada de didática, não tinha nenhuma teoria, mas adorava aquilo, tanto que continuei auxiliando as crianças até passar no vestibular e me mudar.

Pedagogia foi a primeira opção, mas por insegurança sobre a profissão acabei optando por cursar Veterinária. Em 2011 larguei a faculdade de veterinária no Piauí e entrei no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, onde logo no segundo semestre iniciei um estágio remunerado para o qual não estava preparada, me senti esmagada tanto pelas obrigações de

estagiária quanto pela observação da prática pedagógica no local. Senti que não conseguiria ser professora, que não tinha as ferramentas para trabalhar em sala de aula e, por medo de falhar, voltei ao curso de veterinária em 2012.

Fiquei no Curso de Veterinária por quatro anos até compreender que ali não era meu lugar. Eu amava a educação e precisava voltar de alguma maneira, fiz a transferência interna e depois de alguns semestres estava de volta à Faculdade de Educação.

Ao retornar ao curso, agora com um pouco mais de idade, experimentei a felicidade de alguém que sente que está exatamente onde deveria, eu pertencia àquele mundo, eu queria ser educadora, mas que tipo de educadora eu seria?

Meus interesses transitavam entre Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação Infantil... Meu Senhor! A educação é tão ampla e eu queria tudo ao mesmo tempo!

Em 2022 comecei a trabalhar com ensino de Inglês e apesar da dificuldade em conciliar trabalho, ansiedade e faculdade aprendi muito sobre ensino bilíngue, mas não me identifiquei com aquele ambiente.

Foi ao conseguir um estágio às pressas para concluir a disciplina de Estágio IV que conheci melhor e me encantei com a Educação Social, tema que com muito carinho tratarei nas próximas páginas, com o objetivo de refletir, por meio da minha própria experiência de estágio obrigatório, sobre a educação social e a importância do pedagogo como educador social.

2 “EDUCAÇÃO SOCIAL É PARA QUEM GOSTA”

O estágio em espaço não escolar obrigatório¹ é uma recente atribuição ao currículo do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, o qual foi implementado no ano de 2019. Dentro do escopo da pedagogia não escolar foi possível conhecer a pedagogia social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Vygotsky (2004) afirma que “toda a educação é de natureza social, queira-o ou não” (p.63) e que o papel do educador é organizar as interações do aluno com o meio, em um processo *trilateralmente* ativo, onde tanto o aluno, o mestre quanto o meio são ativos na educação, influenciando uns aos outros de maneira igualitária. Para Wallon (1979), o meio é indispensável para o desenvolvimento dos seres humanos, sempre apontando o papel dos outros para a formação individual. Então, pergunto, se a pedagogia já é de fato social, não sendo possível excluir o meio do indivíduo, não seria o nome educação social redundante?

O espaço escolar mais tratado durante a formação do pedagogo é caracterizado por uma educação formal que deve ser sistematizada, organizada em conteúdos previamente determinados e escolhidos através de um currículo com uma intencionalidade definida. Durante toda a trajetória acadêmica recebemos essa educação formal nas escolas e universidades. Já a educação informal, acontece de forma natural durante a socialização do indivíduo nos ambientes que frequenta durante a vida, no convívio com outros indivíduos. Finalmente, a educação não formal está associada à formação do indivíduo dentro de uma sociedade, é muitas vezes confundida com a educação informal, entretanto não são sinônimas, já que a educação não formal assim como a educação formal necessita de uma intenção e uma proposta para existir (Gohn, 2014). Observando o nome da disciplina de Estágio Supervisionado IV, percebemos o uso da nomenclatura espaços não escolares ao invés de espaços de educação não formal, tal substituição é mais recente para denominar práticas que ocorrem além das instituições de ensino regular, pois se contesta a existência da formalidade e características das práticas pedagógicas não escolares (Possebon; Severo, 2019).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil).

¹ Disciplina obrigatória de seis créditos acrescentada ao currículo no Projeto Pedagógico do Curso de 2018 que busca trabalhar “o papel do pedagogo nos processos de produção, organização e articulação do conhecimento e da práxis pedagógica no âmbito de espaços educativos não escolares: Diagnóstico da realidade, observação, participação, análise, planejamento, execução e avaliação de atividades educativas em espaços educativos não escolares” (PPP, 2018).

A educação, portanto, não pode ser restrita aos espaços escolares, pois está presente em todos os ambientes frequentados por nós seres humanos e sociais, sendo que o pedagogo também pode atuar nesses espaços, tanto formais quanto ditos não formais, trabalhando junto com a educação na formação do sujeito.

A pedagogia social existe como parte da educação não formal focada no ser social e sua realidade, visando uma formação emancipadora de indivíduos e grupos sociais de maneira integral. A educação social deve ser consciente e despertar o protagonismo nos seus praticantes, antes marginalizados, em situação de vulnerabilidade e exclusão social, preparando os participantes para compreender a sua própria história no processo educacional, ajudando na melhoria da qualidade de vida, não como uma salvadora, mas equipando o sujeito para as transformações da sua própria realidade, superando a passividade e pautada em práticas emancipatórias para classes populares (Graciani, 2014).

Pereira (2013) define que:

As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (p.1).

Portanto, ao lidar com indivíduos em situação de vulnerabilidade, o educador social é o encarregado de auxiliar na sua busca pessoal pela autonomia, conhecendo a história e trajetória do educando, mediando suas interações com o coletivo munido de um pensamento crítico, político e um olhar humano (Neto, 2010). Não é possível trabalhar com educação, seja ela como for, sem compreender que a educação é uma ferramenta política e um direito humano universal, dever do Estado, da Família e da sociedade como descrito no art.227 da Constituição Federal (1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil).

Em um Estado neoliberal, onde os interesses das classes economicamente dominantes superam as necessidades do resto da população, ainda existe uma contradição entre o direito firmado na Constituição (1988) e a criação de políticas públicas capazes de atender todos de maneira justa e igualitária (Campos; Facci; Leal, 2016), cabe ao educador social, consciente dos processos históricos e políticos de exclusão e marginalização a árdua tarefa de nadar, muitas vezes desamparado, contra a correnteza, compreendendo a realidade individual e contexto cultural e social de cada um de seus educandos para assim desenvolver ações conjuntas visando uma educação crítica, consciente, intencional e criativa (Graciani, 2014).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Refletir, por meio da minha própria experiência de estágio obrigatório, sobre a educação social e a importância do pedagogo como educador social

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar, a partir de minhas observações durante o estágio, situações que revelam a importância da relação entre o pedagogo e os educandos, em um espaço de educação social.
- Descrever o cotidiano visto por mim das condições de trabalho e atuação do profissional que trabalha com educação social e aspectos observados do desenvolvimento de crianças e adolescentes no local visitado.

4 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em um momento de distanciamento e retomada dos registros realizados durante o estágio obrigatório, a fim de refletir sobre a educação social e a importância do pedagogo em espaços educacionais não formais. O estágio fez parte da disciplina Estágio Supervisionado IV: Espaços educativos não-escolares, teve carga horária de 60 horas de trabalho de campo. Foi realizado no primeiro semestre letivo de 2023, no período matutino e vespertino, entre às 9:00 da manhã e às 15:00 da tarde, em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, situado no Plano Piloto do Distrito Federal. A instituição atende aproximadamente 130 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de Brasília e entorno.

Esse estudo foi elaborado de acordo com uma abordagem qualitativa por se tratar de uma experiência pessoal (Gibbs, 2009), na qual foi possível conhecer o cotidiano do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e suas particularidades, descritos em diário de campo e transcritos de acordo com meu próprio entendimento de mundo, guiado a partir das experiências e formação ao longo da vida.

As situações aqui descritas e analisadas foram retiradas da convivência diária e de diálogos não estruturados com os educadores, gestores, crianças e adolescentes durante o meu período de estágio. As vivências experienciadas em cada dia foram registradas em um caderno pequeno, de capa dura, na cor roxa. Além das anotações, o caderno guarda alguns desenhos com os quais fui presenteada pelas crianças e/ou adolescentes. Lembrando que para resguardar a privacidade de cada indivíduo as identidades de todos os envolvidos serão registradas a seguir de forma anônima (Gibbs, 2009).

As anotações foram feitas de acordo com a minha observação participante, na qual busquei ver e escutar atentamente de maneira ativa e não estereotipada para que pudesse conhecer e estabelecer uma conexão com as crianças e adolescentes do local.

Para Madalena Freire (1996):

Ver e ouvir demanda implicação, entrega ao outro. Estar aberto para vê-lo e/ou ouvi-lo como é, no que diz, partindo de suas hipóteses, do seu pensar. É buscar a sintonia com o ritmo do outro, do grupo, adequando em harmonia ao nosso. Para tanto também necessitamos estar concentrados com nosso ritmo interno. A ação de olhar e escutar é um sair de si para ver o outro e a realidade segundo seus próprios pontos de vista, segundo sua história (p.2).

Também durante o estágio foi realizada leitura dos documentos regentes da instituição e acompanhamento do preenchimento dos documentos mensais como o Relatório Interno Mensal e o Planejamento mensal de cada oficina. Finalmente, os relatos vividos no Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram mesclados com teorias sobre a educação, a educação social no Brasil, o desenvolvimento humano e questões como afetividade, xenofobia e a importância do escutar, buscando refletir sobre a educação social e a importância do pedagogo como educador social, inclusive minha própria formação, isso porque:

O ato de refletir é libertador porque instrumentaliza o educador no que ele tem de mais vital – seu pensar! Educador algum é sujeito de sua prática se não tem a sua reflexão, o seu pensamento nas mãos. Não existe ação reflexiva que não nos leve sempre a constatações, descobertas, reparos, aprofundamentos. E, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, no outro, na realidade (M. Freire, 1996, p.22).

Portanto, esse trabalho caracteriza-se como uma descrição reflexiva sobre a maneira que a experiência marca quem fui, sou e quero ser como educadora, acreditando que também deixei marcas ao passar por essa experiência na instituição. Vale frisar que ainda que busque descrever a vivência do Serviço de Convivência, não foi possível excluir dos meus registros os encontros do Acolhimento, já que em diversas vezes os dois espaços se misturam dentro da mesma instituição.

4.1 O que é Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)?

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço de assistência social realizado em grupos através de atividades artísticas, lúdicas e interventivas realizadas em Centros de Convivência, ou Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Utilizando da educação social, é voltado principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o intuito de fortalecer o convívio grupal e contribuir para permanência no espaço escolar, promovendo fortalecimento de laços dentre os participantes dos grupos e entre os indivíduos, seus familiares e comunidade externa, bem como atuar no aumento de autoestima de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos (Brasil, 2019).

A gestão do Serviço de Convivência da instituição, aqui foco das minhas experiências em Estágio IV é composta por um pedagogo, dois psicólogos, uma assistente social e uma coordenadora pedagógica. O SCFV atende crianças e adolescentes entre seis e dezessete anos de idade que frequentam a rede pública de ensino durante o contraturno do seu horário escolar, além das crianças e adolescentes do Acolhimento, que moram no mesmo prédio da instituição. De maneira gratuita, o SCFV conta atualmente com uma equipe de quatro educadores sociais contratados por 44 horas semanais.

De acordo com o Relatório de Atividades, Balanço e Demonstração de Resultados realizado em 2022 pela instituição, o Serviço de Convivência está organizado a partir de eixos focados em competências que devem ser adquiridas pelas pessoas atendidas.

Os eixos orientadores são:

- Eu comigo – Competências Individuais, atendendo os interesses e particularidades de cada um.
- Eu com os outros – Comunicação e sociabilidade dos indivíduos, fortalecendo os vínculos sociais entre os participantes, a comunidade e a família.
- Eu com a cidade – Compreensão de cidadania e seu pertencimento na sociedade, reconhecimento de direitos e deveres, vivências relacionadas ao território ao qual pertencemos.

Os profissionais que atuam no local como educadores sociais devem ser formados em Pedagogia, Artes e/ou Educação Física. As atividades dos eixos são divididas entre as oficinas:

Corpo e Movimento e Jogos – Focada no desenvolvimento de corpo e mente, trabalhando agilidade, trabalho em equipe, coordenação motora e raciocínio.

Arte – Focada na expressão através da arte, diversidade e repertório cultural.

Interativa – Focada no uso de tecnologias, ferramentas tecnológicas, uso consciente das redes e meios de comunicação.

Criar e Recriar – Focada na leitura e expressão de opiniões e ideias e debates sobre assuntos pertinentes.

Para planejamento das oficinas, o educador social deve descrever que atividade será realizada e quais eixos orientadores serão trabalhados durante a oficina. Depois o planejamento é enviado à coordenação onde um pedagogo revisa o conteúdo. As oficinas têm duração média de uma hora para cada turma, sendo três oficinas trabalhadas por dia com cada uma delas.

Ainda de acordo com o relatório institucional, as turmas do SCFV são divididas de acordo com grupo etário sendo:

- Socioeducativo 1 – Crianças dos 06 aos 10 anos
- Socioeducativo 2 – Crianças e pré-adolescentes dos 11 aos 13 anos
- Socioeducativo 3 – Adolescentes dos 14 aos 17 anos

4.2 O que é Serviço de Acolhimento?

O Serviço de Acolhimento é um serviço de proteção social de alta complexidade destinado às pessoas que por algum motivo não podem permanecer com suas famílias de origem, seja por abandono, negligência, maus-tratos, abusos, uso de drogas e outros conflitos familiares. É importante destacar que se trata de uma medida protetiva de caráter

administrativo, já que busca garantir os direitos básicos dos acolhidos de maneira provisória e futuramente integrá-los às famílias de origem, ou caso não seja possível, encaminhá-los por meio de guarda, tutela ou adoção a uma família substituta. Tem como responsáveis autoridades administrativas como o Conselho Tutelar, sua natureza é cautelar, sendo necessário coletar informações, estudando cada caso para enfim intervir (Valente, 2014).

O acolhimento institucional não pode ser confundido com a privação de liberdade ou com a total ruptura dos laços familiares sendo fundamental, quando possível, a convivência do acolhido com familiares ou pessoas importantes do seu ciclo de convivência (Valente, 2014). A instituição conta com um pedagogo que junto com os psicólogos, assistentes sociais e coordenador é responsável por garantir condições para o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças e adolescentes acolhidos, além de garantir seu acesso à educação durante o período da acolhida, sempre pensando na realidade cultural e social de cada indivíduo, fornecendo espaços de escuta e expressão nesse momento tão complicado de suas vidas.

O local possui duas casas lares, onde os acolhidos estão divididos de acordo com suas idades. As casas lares são cuidadas por mães ou pais sociais que devem ter mais de 25 anos e são contratadas em regime de plantão. Para Nogueira e Costa (2005):

São profissionais responsáveis pelo cuidado e pela garantia da saúde psíquica de crianças extremamente fragilizadas em função de suas histórias de vida, e que necessitam do máximo de estabilidade e de qualidade no cuidado que recebem (p. 38).

Os pais ou mães sociais estão em contato direto e constante com os acolhidos, sendo muitas vezes o referencial mais importante durante a estadia no acolhimento, entretanto, como pontuam Nogueira e Costa (2005), a alta rotatividade entre essas mães/pais sociais, também observada no Serviço de Acolhimento onde o estágio foi realizado, se torna um obstáculo na vida dos acolhidos, obrigados a formar vínculos e experimentar o abandono repetidamente.

O Acolhimento também fez parte dos registros realizados durante meu estágio, pois as crianças e adolescentes vivem em casas lares dentro do mesmo prédio e podem frequentar o Serviço de Convivência com as outras participando das oficinas e atividades propostas pelo SCFV.

O educador social atua diretamente com as crianças e adolescentes do Serviço de Convivência durante 44 horas semanais realizando oficinas, já o pedagogo tanto do Serviço de Convivência quanto do Acolhimento trabalha 30 horas semanais na gestão de assuntos

educativos coordenando as práticas pedagógicas dos dois espaços em conjunto com três psicólogos, três assistentes sociais, um coordenador geral e as mães e pais sociais.

4.3 O Espaço

Para demonstrar o espaço das duas casas de acolhimento, refeitório e área das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenhei um esboço do local no caderno de campo que pode ser visto abaixo:

Figura 1 – Ilustração do espaço físico



Fonte: autoria própria.

São duas casas de acolhimento, uma de adolescentes e outra para crianças e bebês, um refeitório onde as crianças, adolescentes e funcionários realizam as refeições e uma área coberta onde muitas crianças brincam enquanto esperam o almoço ou lanche. No SCFV encontra-se à esquerda: um depósito com brinquedos, a sala de jogos, a sala da oficina de artes, dois banheiros, um feminino e outro masculino com chuveiros

E à direita: Sala de criar e recriar com banheiro, sala da gestão, sala da oficina interativa com computadores, banheiro de funcionários e o auditório.

5 OS RELATOS

A partir daqui irei mostrar algumas experiências que me marcaram durante o Estágio em espaços não escolares, e conheceremos Ursinho, Ararinha, Coalinha, Tigrinho e Borboleta, as crianças e adolescentes protagonistas do trabalho que escrevi.

5.1 “Os meninos são terríveis”

No primeiro dia de estágio, o supervisor pediu que acompanhasse a educadora social mais antiga, que estava há apenas 10 dias trabalhando na sala de Oficina Criar e Recriar. A sala da oficina se assemelhava a uma sala de aula comum, com mesas e cadeiras baixas, mesa do professor e armários. O espaço contava também com um banheiro interno com pia, sanitário e chuveiro. A turma que estava com a educadora era do socioeducativo 1, ou seja, a turma mais nova com idade entre seis e dez anos. Dentro da sala havia aproximadamente quinze crianças, a maioria do sexo masculino. A educadora ao entrar na sala para iniciar a oficina foi recebida pelas crianças com muito carinho e um pouco de barulho, ela deu bom dia e completou dizendo que estava deixando o cargo pois estava muito cansada e adoecendo por conta do trabalho. Notei que os comentários da educadora sobre a turma e até mesmo sobre a instituição eram muito pessimistas, dizendo que muitos deles não tinham jeito, ou eram terríveis. As suas palavras carregadas de desalento me remetem a Paulo Freire (2020) que dizia que a esperança faz parte da natureza humana e que existe uma relação entre a alegria e a esperança nas práticas educativas.

A educadora comentou sobre a baixa remuneração e o tempo de horas trabalhadas. Contou sobre sua formação em Pedagogia, que havia realizado estágios em outro estado e que pretendia trabalhar apenas por mais um mês para garantir seus direitos e falou sobre a alta rotatividade de profissionais no local, naquela semana entraram mais três educadores sociais, segundo ela ninguém conseguia ficar lá muito tempo pois era muito trabalho, muito desrespeito e pouca remuneração. O adoecimento docente é de fato um grande problema da educação, a pesquisa realizada por Giannini (2010) com professores da rede pública do estado de São Paulo indicou que uma quantidade significativa de professores sofriam com distúrbios da fala como rouquidão, perda de voz e cansaço e/ou esforço ao falar quando comparados com o grupo de controle. A pesquisa também apontou relação entre as condições de trabalho e o estresse, mostrando que existe uma relação entre saúde e o trabalho docente. A luta pela valorização do profissional da educação é constante e árdua e como já indicava Paulo Freire (2020):

A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte (p.65).

Sendo assim, não é possível permanecer em um local onde como profissional não somos valorizados sem uma sensação de injustiça ou desgosto pela profissão. A faixa salarial

do educador social nessa instituição é apenas um pouco maior que o salário-mínimo no Brasil e está abaixo do piso salarial de professores da educação básica reajustado em 2020 de acordo com o Ministério da Educação (2019). As condições de trabalho e baixa remuneração do educador fazem parte de um processo histórico de desvalorização do trabalho docente e refletem na saúde dos profissionais da educação (Penteado; Neto, 2019), o desencanto com a profissão descrito pela educadora não é inesperado, pois é um reflexo não só das suas condições de trabalho, mas também de suas expectativas e sentimentos. De acordo com Perrenoud (2007) existe uma expectativa tanto social quanto pessoal depositada na profissão do educador, que pode se sentir culpado ou impotente diante das frustrações geradas pelo confronto com o diferente, gerando um comportamento fatalista de que nada pode ser feito para melhorar a situação. Para essa educadora, não parecia existir alegria ou transformação em seu trabalho.

Depois do desabafo, a educadora explicou como funcionava a rotina de suas oficinas onde inicialmente as crianças recebem auxílio com as atividades escolares e depois o conteúdo planejado é realizado, em seguida me pediu para auxiliar as crianças com as atividades e deu tempo para que elas realizassem desenho livre. A minha presença deixou algumas crianças curiosas, perguntaram meu nome e se eu era a “tia nova”, já que o quadro de funcionários tinha sido renovado exatamente naquela semana. As crianças também têm conhecimento da alta rotatividade do local, quando a nova educadora da sala interativa chegou, comentaram sobre quanto tempo ela “aguentaria” ficar na instituição. As brincadeiras, podem demonstrar algo mais profundo, a insegurança do sujeito em vulnerabilidade, em relação aos vínculos afetivos criados no local e o pessimismo reproduzido em suas falas.

A educadora também me disse que era importante manter a sala trancada, pois naquela turma tinham algumas crianças que “fugiam” muito. A chave ficava em sua cintura e a porta só era aberta quando a oficina terminava, ou se alguém batesse à porta.

Ao pensar em uma maneira de identificar as crianças ou adolescentes, os protagonistas do meu trabalho, vi carinhosamente cada um com características que vejo em animais silvestres, expressando toda admiração que tenho pelos seres animais e humanos.

Assim, identificarei um dos meninos do socioeducativo 1 Matutino como Ursinho. Para essa criança de seis anos, pensei na expressão abraço de urso, por conta de seu forte abraço quando nos encontrávamos, na sua fofura misturada com a força que tinha quando contrariado e, também, por ursos serem animais mais solitários em comparação com outros mais sociais. Ursinho entrava em conflito, muitas vezes, com as outras crianças, agindo de

maneira agressiva ou gritando. A educadora comentou que ele era um dos “piores” de lidar, vejo que esse comentário está em discordância à proposta transformadora da educação social, cujo papel deve ser reduzir o mal-estar individual e auxiliar o indivíduo no desenvolvimento de suas habilidades para convívio no meio social (Neto, 2010).

Ela também me entregou um apito de plástico, dizendo que eu ia precisar durante minha estadia lá. Nessa oficina ela utilizou o apito para pedir silêncio e chegou a assoprar o objeto diretamente no ouvido de uma das crianças que estava em pé e se recusava a sentar. A prática fere diretamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que afirma:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (Brasil, 1990).

O uso do apito, instrumento de sopro sonoro versátil que pode imitar melodias, parar um jogo descontraído de futebol ou reger uma dinâmica, poderia ser apenas um objeto inofensivo, mas a julgar pela reação das crianças, cobrindo os ouvidos quando a educadora se aproximava com o apito e demonstrando espanto ou medo, podemos compreender que existe um significado negativo atribuído ao objeto, não condizente com o espaço acolhedor de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Proteger as crianças e adolescentes é também função dos educadores sociais, responsáveis por sua integridade e bem-estar no espaço de convivência e por lidar justamente com pessoas marginalizadas e vulneráveis onde espera-se que os educandos estejam seguros e protegidos.

Nesse dia, após a oficina, a educadora me pediu ajuda para fazer penteados nas meninas, que tomam banho na instituição antes de almoçar e ir para a escola. Nesse momento, a interação entre a educadora e as meninas envolvia uma dinâmica de paciência e afeto, onde as meninas escolhiam seus penteados e a educadora as ajudava. As meninas deixavam a sala contentes exibindo arranjos, tranças ou rabos de cavalo. Por mais que eu tentasse ajudar, não tinha a expertise da educadora, quando uma criança me pediu para amarrar seu cabelo, ao travar uma batalha com um simples elástico colorido, pensei em como não fui ensinada isso nem em casa, já que a falta de tempo e habilidade manual da minha mãe só a permitiu arriscar uma trança torta duas vezes durante a minha infância e a ausência da disciplina “Penteados 1” na graduação, deixou uma lacuna na minha formação acadêmica, mais um exemplo de como o meio e a educação são indivisíveis, para o meu azar.

Apesar de parecer um ato simples, o gesto tinha grande valor para a educadora e para as meninas que estavam indo à escola depois do Serviço de Convivência, exemplificando o papel do educador social na autoestima das crianças e a importância de conhecer cada realidade, já que muitas não tinham tempo de tomar banho por acordarem cedo e se deslocarem ao SCFV, ou ainda não tinham alguns itens como condicionador ou creme de pentear em casa. A educadora levava alguns prendedores e laços que as meninas podiam escolher demonstrando afeto e gosto pela atividade, trazendo palavras afirmativas sobre o visual, tipo de cabelo e penteado das meninas. Claro que nem todas as crianças tinham a oportunidade de participar desse momento de tranquilidade e aproximação com a educadora, como os meninos e as meninas de cabelos curtos.

Todas as pessoas do Serviço de Convivência esperam no auditório ao final das oficinas até o horário de almoço. Ursinho entrou em conflito algumas vezes com as crianças mais velhas e adolescentes, pois queria jogar e ninguém permitia, inclusive a educadora. Algumas vezes durante a oficina, Ursinho também se jogou no chão ao ser hostilizado por outras crianças. Perguntei às crianças por que o tratavam daquela forma e ouvi dizerem que ele era chato, insuportável e que ninguém o aguenta.

Depois do almoço, na hora da saída, Ursinho perdeu os sapatos e não queria entrar no ônibus para ir para a escola, eu ajudei a procurar o chinelo, dois números maiores que seu pé, velhos e de cor dourada. Ao me despedir disse que teria um ótimo dia na escola porque era um menino lindo e educado, ele sorriu.

Durante uma briga por conta do pebolim, isso no meu terceiro dia na instituição, Ursinho novamente se jogou no chão e chorou. Ao perguntar o que aconteceu, as crianças diziam que ele não podia brincar pois não aceitava perder. Sentei-me no chão ao seu lado e perguntei se poderia conversar com ele, inicialmente continuava a se debater e gritar. Pedi que me explicasse por que não o deixavam jogar, ele me disse que não sabia. Os meninos continuaram a dizer que ele brigava com todos quando jogava ou pegava a bola quando perdia. Perguntei para Ursinho para qual time torcia, ele me respondeu que gostava do Brasil. Então perguntei se o Brasil ganhava todos os jogos, ele acenou negativamente, eu disse que assim como ele não deixava de gostar do time porque perdia às vezes, também não era problema que ele não ganhasse todas as partidas. Depois pedi aos outros meninos para que o deixassem jogar uma vez pelo menos, enquanto isso fiquei ao seu lado, observando e tecendo comentários positivos sobre como ele estava participando bem da brincadeira para ele e para seus colegas.

Para Ursinho, uma criança de seis anos de idade, deve ser difícil ser hostilizado diariamente, sendo privado das interações sociais tanto pelos colegas quanto por alguns educadores. Nessa idade a criança tende a buscar um espaço dentre os grupos coletivos do meio ao qual faz parte. Os grupos são importantes para veicular o aprendizado social e desenvolvimento da personalidade da criança de acordo com as suas interações com os outros membros. A ausência de mediação em vista do distanciamento de Ursinho com os grupos e brincadeiras no SCFV é prejudicial não só para ele, mas também para os outros integrantes que sem uma direção externa não conseguem trabalhar solidariedade e cooperação (Wallon, 1979).

Pensei nas palavras fortes com as quais o descreviam e como não gostaria que isso o definisse. Nesse sentido sabemos que:

O ser humano não gosta de se sentir segregado, solitário, abandonado, pois essas situações causam medos, angústias, esgotamentos físicos e emocionais, sentimentos de autodesvalorização, impotência, fragilidade e desesperança. Somos seres integrais, plenos, que desejamos ser cuidados e merecemos ser reconhecidos em nossa singularidade, exclusividade e potencialidade, para participar da construção coletiva de possibilidades de uma vida comunitária saudável e profícua (Ramos; Roman, 2011, p.96).

Pensei muito em como me sentiria, em como pequenos detalhes, um simples olhar menos carinhoso já me desencorajam e que como adulta, muitas vezes, em vista do menor inconveniente me imaginei deitada no chão chorando. Durante meu tempo de estágio sempre enfatizei como ele era uma criança bonita e querida. Todas as vezes que me encontrava, Ursinho me recebia com um abraço e um sorriso, eu perguntava como estava seu dia e ele respondia que estava se comportando bem.

O comportamento de Ursinho me recorda a teoria de Wallon (1979), o choro de um bebê é seu grande recurso de sobrevivência e que através das emoções, quando não existe a fala, é possível formar conexões afetivas, o choro nos alerta que algo está errado, nos levando a tentar sanar os problemas que podem acometer o pequeno indivíduo através de demonstrações de afeto e cuidado como abraço, pegar no colo alimentar e/ou colocar para dormir.

Ursinho claramente não é um bebê, mas talvez na ausência de um repertório de palavras para expressar seus sentimentos recorra ao choro como busca de afeto. Wallon (1979), ao descrever o desenvolvimento humano em etapas, deixa claro que apesar das transições entre predominância cognitiva e afetiva, todas as etapas são integradas entre si de maneira não linear, mas sim oscilando durante a formação do sujeito o que pode gerar

retrocessos no comportamento esperado por um indivíduo (Wallon, 1979), portanto não nos comportamos sempre de acordo com nossa idade.

Fui questionada por uma das crianças porque Ursinho ficava tão calmo ao meu lado. Perguntei ao que estava se referindo e ela disse que ele havia mudado desde que eu comecei a frequentar a instituição. Respondi que não havia feito nada, que apenas sabia que era uma criança maravilhosa, e a verdade é que de fato, apenas reconheci seu sofrimento e o tratei com afeto. Assim como indica Freinet (2004):

Em vez de procurar esquecer a infância, acostume-se a revivê-la; reviva-a com os alunos, procurando compreender as possíveis diferenças originadas pela diversidade de meios e pelo trágico dos acontecimentos que influenciam tão cruelmente a infância contemporânea. Compreenda que essas crianças são mais ou menos o que você era há uma geração (p.24).

Não devemos olhar o educando sem pensar que também já fomos crianças, já sentimos diferentes angústias e passamos por situações que nos levaram a cometer diferentes ações. Quando nos identificamos nos outros, deixamos de julgar suas atitudes e permitimos que se expressem de forma livre, conseqüentemente auxiliando o indivíduo a compreender seus próprios sentimentos e buscar sua autonomia (Freinet, 2004).

5.2 Alô?Alô? Quem fala?

No período da tarde acompanhei a mesma educadora no socioeducativo 1, um dos meninos diagnosticados com autismo ficava andando pela sala. Ao demonstrar curiosidade sobre meu celular que estava em cima da mesa, a educadora rapidamente me orientou a não deixar ele ficar perto do aparelho pois, segundo ela, fazia escândalo quando era tirado de qualquer tecnologia. Decidi identificá-lo como Ararinha, pensei nos tons de azul que tradicionalmente representam indivíduos autistas, na repetição de suas palavras e nas suas asas que não o prendem a nenhuma sala.

Ararinha pediu para ver meu celular, deixei que ele observasse o aparelho, que tocasse na tela, ele conseguiu identificar a marca rapidamente e repetiu o nome do modelo do celular, o meu papel de parede pareceu divertir ele, dando risada e apontando para o desenho da tela. Resolvi perguntar para ele sobre o celular dos seus pais e ele falou a marca dos aparelhos de vários membros da família e até de algumas educadoras do local, algumas vezes me pediu para colocar a senha do celular falando apenas “senha” e eu afirmei todas as vezes que a senha era secreta, ele repetiu depois de mim “senha secreta”, sentou-se no meu colo e ficou lá até o fim da oficina.

O autismo é uma condição identificada por dificuldades sociais, de comunicação e aprendizado, cada indivíduo autista pode apresentar características únicas e comportamentos diferentes, por isso é denominado Transtorno do Espectro Autista, já que não existe um padrão de comportamento específico para pessoas autistas. Algumas pessoas do espectro podem se fixar em conteúdo ou objetos específicos, também é comum que alterações no ambiente ou em atividades de rotina sejam recebidas de maneira negativa (Klin, 2006).

Muito provavelmente para Ararinha, celulares, computadores e outras tecnologias têm um papel muito mais importante do que simplesmente jogos ou telefonemas e, por isso, quando é separado dos objetos de maneira abrupta reaja demonstrando frustração e combatividade.

A relação entre o autista e os objetos ao seu redor são relevantes para sua interação com outras pessoas:

Além desse aspecto, os comportamentos de apontar/mostrar objetos parecem ser mais ajustados às habilidades das crianças autistas, pois estas, conforme observado no presente estudo, interagem mais frequentemente a partir de comportamentos como iniciativa dirigida à ação e iniciativa dirigida a objetos, olhar pessoas e olhar objetos, resposta adequada e interação passiva, por exemplo (Agrisino-Ramos; Lemos; Salomão, 2014, p.123).

Sendo assim, quando percebi seu interesse com celulares imaginei que poderia utilizar do objeto para interagir com ele, criando um vínculo e não rompendo com seus padrões de comportamento.

No dia seguinte Ararinha desceu do ônibus escolar, ao me ver falou meu nome seguido da marca do meu celular, peguei o aparelho, imitei o barulho de um toque de telefone e coloquei no seu ouvido. Ararinha respondeu com um “alô” e eu continuei com a brincadeira perguntando “quem era”. Ele disse seu nome e eu perguntei “como estava”. Depois de brincarmos um pouco, peguei o telefone de volta sem nenhuma resistência da sua parte. A brincadeira acabou virando rotina, toda vez que me via ao descer do ônibus, me abraçava e dizia “alô” e eu repetia o protocolo, colocava o celular no seu ouvido, perguntava “como estava”, “como tinha sido a escola”. Em um dos dias Ararinha trouxe consigo um celular de papel que desenhou na escola e já foi logo me mostrando. Até o último dia de estágio Ararinha me seguia a todos os lugares e demonstrava afeto segurando minha mão ou me abraçando.

De acordo com as regras do local, todas as crianças devem ficar dentro do auditório ao chegarem antes de serem levadas às salas de oficina. O auditório é um espaço onde muitos jogam bola, correm e se divertem. Nos primeiros dias de estágio, percebi que Ararinha resistia muito a ficar dentro do ambiente, estava sempre tentando sair e sendo bloqueado na porta pela educadora, o que o levava a permanecer dentro do auditório com as mãos nos ouvidos. Pensei que todo o barulho o incomodava e alertei a educadora que não era possível para ele ficar lá com as outras crianças, já que provavelmente tinha sensibilidade ao som alto. A educadora apenas me disse que essas eram as regras e eu pedi para acompanhá-la ao lado da porta, onde teria menos barulho, ela permitiu. Assim fizemos todos os dias em que ia para o estágio, o que deixava ele visivelmente mais confortável. Isso faz refletir sobre as diferenças entre inclusão e integração:

Enquanto na integração investe-se na possibilidade de indivíduos com deficiência frequentarem escolas comuns de ensino, cujos currículos e método pedagógicos estão voltados para crianças consideradas “normais”, na inclusão muda-se o foco do indivíduo para a escola. Neste caso, é o sistema educacional e social que deve se adaptar para receber a criança deficiente (Camargo; Bosa, 2009, p.69).

Ararinha está inserido no mesmo contexto que as outras crianças, mas não está incluído de acordo com as suas necessidades específicas. Quando interage com outras crianças muitas vezes é tratado como chato e inconveniente. Durante o tempo livre, um dos meninos bateu em Ararinha pois não queria deixá-lo pegar seu carrinho, eu perguntei se

entendia que Ararinha era um pouco diferente dos outros colegas e ele me disse que não, mas uma menina que estava ao lado e estudava com Ararinha na escola regular afirmou que ele tinha autismo, provavelmente por terem conversado sobre isso com a professora. O papel da educadora aqui é de extrema importância para mediar as relações entre os outros e a criança autista, levando em consideração que o espectro autista é amplo e diversificado, é necessário que os educadores sociais observem as características de Ararinha e seus comportamentos e utilizem desse conhecimento para adaptar as atividades das quais ele participa, não somente durante as oficinas, mas em todo seu percurso dentro da instituição (Agripino-Ramos; Lemos; Salomão, 2014).

5.3 O batom *rosado*

No segundo dia de estágio a oficina apresentada pela educadora tratava de diversidade cultural, de uma maneira superficial apenas dizendo que todos eram diferentes e que ninguém era igual a ninguém, em seguida, pediu que as crianças fizessem desenhos. Uma menina recém-chegada da Venezuela, Coalinha, me abraçou, me mostrando que tinha passado um batom rosa, que depois descobri ser um giz de cera. Quando Coalinha tentou chamar a atenção da educadora social e mostrar seu batom *rosado*, a educadora não demonstrou interesse, então resolvi apontar para algumas cores e perguntar como eram chamadas em espanhol, ela apontava para as cores, eu repetia as palavras e falava como eram em português. Algumas crianças perguntaram se eu falava o mesmo idioma que ela, outras me disseram que ela falava inglês e que por isso não era fácil de entendê-la.

No dia seguinte, Coalinha me recebeu com um abraço, disse que tinha trazido pão de queijo e contou sobre onde morava. Ela e seus pais moram em um abrigo onde compartilham moradia com outras famílias e chegaram há seis meses vindos da Venezuela. Apesar do pouco tempo no Brasil, ela entende muito bem o idioma.

Coalinha tem sete anos, foi descrita pela educadora como dissimulada, briguenta e difícil, em alguns momentos a pedagoga chamava sua atenção sem necessidade ou a culpava de algum conflito dentro da sala do qual, na maioria das vezes, não estava envolvida. As outras crianças diziam que não queriam chamá-la para brincar pois era “chata” ou repetiam os mesmos adjetivos que a educadora utilizou. Durante o tempo livre, Coalinha me procurava e pedia para brincar, ficava contando histórias, inventadas ou sobre sua vida pessoal e gostava de contato físico, sempre me abraçando e me segurando, por isso às vezes brincava dizendo que tinha um coalinha grudado a mim.

Tentei, por algumas vezes, fazer com que as outras crianças a convidasse para as brincadeiras quando estávamos no auditório, dizendo que ia ser divertido se todos participassem, ou que ela também ia gostar de brincar do que estavam brincando, mas não obtive sucesso, as crianças não a chamavam para brincar. Por consequência do isolamento, Coalinha sempre ficava ao meu lado durante as oficinas ou nos intervalos, algumas vezes não queria almoçar se não estivesse lá com ela, o que levava a educadora a pedir que a menina me “deixasse em paz” ou “desgrudasse”. Algumas vezes a educadora disse na frente de todas as crianças que eu deveria tomar cuidado pois, Coalinha “não era flor que se cheire”. O papel do educador social aqui se desvia do objetivo principal, a educadora deveria ser exemplo de valorização e resgate da autoestima da criança (Gohn, 2014), entretanto, seus comentários

pessimistas são repetidos pelas crianças que acabam por excluir a Coalinha de brincadeiras e atividades.

Perrenoud (2007) indica que:

Para uma criança, a diversidade dos colegas na sala de aula pode ser ameaçadora ou, no mínimo, problemática, porque algumas delas não possuem esquemas adequados de interpretação e reação. Uma criança pode desconcertar ou provocar medo por ter um sotaque estrangeiro ou dificuldades de expressão, reações violentas, cóleras incompreensíveis, familiaridades e exigências inesperadas, por ter alguma deficiência, por não respeitar os costumes (p.70).

Apesar de se tratar de um espaço não escolar, podemos identificar a reação das crianças em relação a Coalinha no trecho acima e perceber que não é de maneira alguma incomum. O diferente é impactante até para nós adultos e aprendemos a lidar com as diferenças à medida que entramos em contato com elas, criando repertório e familiarização ao longo da vida.

Um dia, durante a hora do almoço, Coalinha não queria entrar na fila e ficava se escondendo para brincar, outro educador falou entre risos que se não fosse para a fila logo, ele iria ligar para o “Maduro e mandar ela de volta para a Venezuela”, a frase foi repetida duas vezes pelo indivíduo, automaticamente sai da minha posição de observadora e o interpelei de maneira talvez um pouco ríspida: “Você está doido de falar com ela assim? Não se brinca com isso”. O Educador sorriu um pouco constrangido e disse se tratar de uma brincadeira e que Coalinha provavelmente nem teria escutado. O pedagogo deve utilizar do espaço para criar estratégias que trabalhem temas como diversidade, pluralidade cultural, racismo e xenofobia de maneira crítica, quebrando as relações de superioridade e inferioridade geradas por práticas xenofóbicas.

O Brasil é um país diverso, abrangendo diversas etnias, crenças, raças e sendo abrigo para vários estrangeiros buscando qualidade de vida, entretanto ainda vivemos em um país que discrimina e exclui o diferente e os espaços escolares e não escolares refletem essa realidade. Pensando que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser um espaço de socialização e de Assistência Social é dever do educador social auxiliar as crianças nos processos de convívio e não perpetuar práticas discriminatórias (Oliveira; Uchoa; Suyeyassu, 2022).

Ainda assim, percebi em momentos diferentes comportamentos de exclusão e preconceito dos educadores. A diferença cultural e linguística que separa Coalinha do resto das crianças poderia aqui ser utilizada dentro da temática diversidade cultural proposta nas

oficinas da educadora, promovendo conhecimento sobre o desconhecido às crianças do socioeducativo 1 e dando a Coalinha voz e protagonismo em um espaço ainda incapaz de compreender suas diferenças.

Quando conversava com Coalinha, pedia que me ensinasse algumas palavras em espanhol ou brincava tentando formar frases, muitas vezes ela sorria e me corrigia. Uma vez me contou sobre a lenda “La Llorona” dizendo que sua mãe a alertou que buscava crianças que não se portavam bem, depois perguntou se eu tinha medo dela. Conheci seus pais quando foram buscar cesta-básica no local. Não é possível inferir os motivos e condições que trouxeram a família de Coalinha para o Brasil e em especial para a cidade de Brasília, mas não creio que mudar de país em busca de melhoria de vida seja motivo de piada com tom de ameaça, especialmente por adultos que devem ser exemplo dentro do grupo social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

5.4 Mas de quem é a bola?

O SCFV estava durante essa semana sem educador para as oficinas de Corpo e Movimento e então nesse dia as duas educadoras levaram as crianças para a quadra, as crianças puderam escolher alguns brinquedos como skate, patinete e levar para o espaço para brincar. A educadora mais antiga estava com a turma de socioeducativo 2, pré-adolescentes entre onze e treze anos, e a educadora mais recente com a de socioeducativo 1, crianças de seis a dez anos.

Uma das crianças do Sócio 1 levou uma bola de futebol para o SCFV nesse dia e ia utilizar na quadra com as outras crianças, não foi possível observar ou compreender o que levou ao conflito entre a educadora mais antiga e as crianças e pré-adolescentes do sócio 2, mas ela pegou a bola e disse que não poderiam jogar futebol pois a desrespeitaram o que gerou revolta por parte dos meninos do sócio 2 afirmando não ter feito nada de errado. A mesma educadora disse que a bola não pertencia a eles e que só o sócio 1 poderia jogar, ao ser interrogada pela educadora mais recente sobre o que tinha acontecido ela só afirmou que eles não iam jogar e que não respeitavam ninguém. Depois disso, chamou todos do sócio 2 para voltar para a sala e levou a bola que disse ser do sócio 1. Os meninos reclamaram muito e ficaram no auditório esperando enquanto ela conversava com a coordenação, afirmaram mais de uma vez que não tinham feito nada, mas o pedagogo responsável disse que eles não podiam contestar a educadora, levando um dos pré-adolescentes, que aqui chamarei de Tigrinho a chorar e sair da sala. A transgressão de normas sociais pode ser vista por professores e educadores como um ataque à sua autoridade, gerando um distúrbio na ordem do grupo aumentando a distância entre educador e educando (Perrenoud, 2011), o que para mim pareceu nada demais, para a educadora pode ter sido um desafio direto à sua autoridade em sala.

Minha primeira impressão sobre Tigrinho antes desse dia, não havia sido das melhores. Durante uma oficina sobre diversidade de gênero, o pré-adolescente de 11 anos me entregou seus escritos sobre o tema. Ao abrir vi que tinha desenhado um símbolo que remete à Alemanha Nazista da Segunda Guerra Mundial. Perguntei a Tigrinho se sabia o que significava e ele, muito inteligente, me disse que era um símbolo budista, que queria dizer amor e paz. Então eu disse que sim, mas que também significa algo ruim e que me sentia ofendida pelo símbolo como brasileira e latina. Questionei se conseguia entender isso, ele me olhou, apagou o símbolo e se sentou novamente na cadeira.

Quando Tigrinho saiu chorando por conta da bola, eu o encontrei chutando algumas cadeiras de plástico empilhadas no auditório. Sentei-me no chão, pedi que sentasse comigo,

ele se recusou, dizendo que não queria mais “levar bronca”, eu afirmei que não queria brigar, apenas entender o que aconteceu. Tigrinho começou a falar sobre como estava cansado da educadora inventar histórias sobre eles e que não os respeitava, não podendo assim pedir respeito e que não importava a situação, ninguém acreditava neles, somente na educadora.

Perrenoud (2011) já escrevia sobre isso quando disse que:

Para uma criança é difícil ter uma relação positiva com alguém que a julga soberanamente em todos esses âmbitos, sobretudo quando seu juízo é desfavorável; alguém que sanciona seus erros ou falhas, que a expõe a recriminações, a vexames públicos, que a ameaça com um fracasso... (p.79).

De fato, se compararmos o trecho com o argumento de Tigrinho, vemos como a relação da educadora com os alunos envolve uma dinâmica polarizada de regras e imposições que se encontra em conflito com o socioeducativo 2, formado por pré-adolescentes e adolescentes que estão em uma fase de desorientação e intolerância diante do controle exercido por adultos, os questionamentos não aceitam a autoridade do “porque sim” e rebelam contra imposições (Wallon, 1979).

A curiosidade e contestação dos pré-adolescentes deveria ser mediada, não de forma unilateral, mas sim através do diálogo, cabendo ao educador compreender a relação entre autoridade e liberdade, sem confundi-las com autoritarismo ou licenciosidade (P. Freire, 2020).

Assim como inexiste disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, autoridade ou liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o *Ser Mais* (P. Freire, 2020, p.86).

A prática educacional é, portanto, um equilíbrio democrático entre os dois para que o educando possa exercitar sua liberdade de maneira responsável (P. Freire, 2020). O desrespeito mútuo nas relações da educadora e dos pré-adolescentes se torna um ciclo, ou melhor, uma cadeia que vai atingindo mais e mais educandos e educadores do ambiente cuja raiz não está fincada necessariamente ali, mas pode vir das próprias vivências não libertárias da educadora durante a sua educação.

Ao deixar Tigrinho se expressar e efetivamente ouvir o que tinha a dizer, aprendi com ele, compreendi seus sentimentos, não era só sobre uma bola. Contei para ele algumas experiências que tive quando adolescente com professores dos quais eu gostava e não gostava e falamos sobre as suas experiências na escola onde estuda no período regular, onde me

contou sobre as professoras que gostava e não deve ser surpresa que estavam diretamente associadas às disciplinas que gostava na escola. Tigrinho retornou a sua sala, agora mais calmo e eu retornei mais sábia.

Nos dias que se seguiram, Tigrinho confiava a mim objetos enquanto brincava, inclusive sua “zarabatana” improvisada de bolinha de papel que utilizava para acertar os outros colegas, objeto que escondia dos pedagogos e supervisores e me entregava sob orientações rígidas de que eu não entregasse para ninguém. Me sentia como uma transgressora guardando sua valorosa mercadoria, como se estivesse contrabandeando algo que na realidade não era muito diferente do que vivi durante a minha adolescência, onde muitos dos meus colegas praticavam as mesmas atividades de lançamento de bolinha de papel. Ver que algumas boas décadas depois certas práticas continuam sendo executadas da mesma maneira de quando era adolescente me trouxe um sentimento nostálgico de conforto, revivi a minha infância como aconselha Freinet (2004) e fui capaz de perceber que ainda que muitas vezes como educadora me sinta em uma posição de autoridade, apenas vivi mais tempo que as crianças com as quais trabalho e não sou de maneira alguma superior a elas, inclusive, pude acompanhar o processo de aprimoramento do objeto ao longo dos dias, com um lápis atado à caneta para servir de mira, algo que nunca havia feito com meus colegas de escola. Podemos discordar totalmente do uso do objeto durante oficinas ou afirmar que a brincadeira não agrada todos os colegas, mas não posso deixar de reconhecer que fez parte da minha adolescência.

Quando escolhi seu nome, pensei em um tigre, animal bravo, forte e com uma visão apurada, assim como a do pré-adolescente que me abriu os olhos durante a conversa que tivemos.

5.5“Você consegue sim”

Eu durmo acreditando no melhor e acordo vivendo o pior
 Eu já cansei, não consigo mais
 O dia inteiro eu me esforcei e sem reservas, me entreguei
 Mas não deu, olhei pra trás
 E num instante eu fui congelado, coração despedaçado
 Eu revivi minha antiga história
 Cansei de disfarçar minha liberdade
 E viver preso em minhas memórias
 Pra conquistar a minha liberdade
 Eu caminhei com tanto esforço, tantos dias, sem cair no chão
 Mas foi um passo em falso e eu caí
 E novamente me prendi e tudo isso com minhas próprias mãos
 E hoje eu decidi encerrar tudo
 Desperdiçar o futuro que Jesus sonhou pra mim
 E a partir de agora eu declaro totalmente o meu fim
 Sei que não dá mais
 Pai, já não existe energia em mim
 Aqui dentro tá escuro, não tem luz aqui
 Me perdi na escuridão que se formou em mim
 Sei que não dá mais
 Cansei de explicar a minha situação
 Pra quem não consegue ler o meu coração
 Por isso me expesso com essa canção
 Se engana se pensar que não te escuto
 Esse mundo seu escuro, não ofusca a luz que existe em mim
 Os erros que te sugam sabem bem que o meu cuidado vai além
 E não consomem o amor que tenho aqui
 Dia e noite, tô aqui presente e perto
 Vendo tu olhar pro teto e o violão bem do seu lado
 Consigo decifrar tantas palavras que você diz quando está calado
 Você consegue sim
 Não procure em você o que só tem em mim
 Você é forte e corajoso, ainda não é o fim
 Tantas vezes demonstrei que estou sempre aqui
 Você consegue sim
 Não tente explicar, ninguém vai entender
 O que o seu coração escreve, eu consigo ler
 Fica calmo e tranquilo, vou ouvir você
 (Aguiar, 2021)

No sétimo dia, a educadora da oficina Interativa realizou um dia de pipoca e filme. Guiada pelo cheiro ao redor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma das adolescentes do Acolhimento foi pedir pipoca na sala da coordenação. Borboleta e seu filho moram em uma casa com mais cinco adolescentes e uma mãe social. Durante a tarde, depois de comer bastante pipoca, Borboleta conversou comigo, perguntando também se eu era

a nova educadora social do espaço, nos sentamos em frente ao auditório e ela me contou um pouco sobre a sua vida. A adolescente tem um bebê de oito meses de idade e outro filho de três anos, é ex-usuária de drogas ilícitas e está no Acolhimento há apenas três meses somente com o filho mais novo.

Borboleta insistiu em colocar um vídeo no meu celular com a música “Você consegue sim” do músico Jessé Aguiar (2021) e me disse que era essa a música que escutava quando “precisava colocar a cabeça no lugar”. Enquanto ouvia a música me pedia para segurar seu bebê e antes de voltar ao Acolhimento pediu para tirar foto dos dois para que eu guardasse e não os esquecesse quando fosse embora.

No dia seguinte, Borboleta foi a meu encontro com seu filho. Em suas mãos estava um caco de vidro com o qual estava tentando se cortar. Eu pedi para segurar o bebê enquanto junto com a educadora da sala Interativa tentei distraí-la colocando a música que havia me mostrado no dia anterior. Durante esse momento pedimos auxílio para o psicólogo do Serviço de Convivência que nos orientou a falar com os responsáveis do Acolhimento. Ninguém do Acolhimento foi buscá-la, mas consegui barganhar alguns minutos jogando no meu celular pelo caco de vidro.

No outro dia, assim que cheguei para o estágio Borboleta já estava me esperando na sala da coordenação, parecia eufórica e ficava pedindo para jogar no meu celular novamente, mas por ordens do local, não pude deixar que ela utilizasse o aparelho. Sua frustração era visível, ficou me seguindo por todo o prédio, pedindo insistentemente pelo celular. Tentei explicar algumas vezes que isso prejudicaria meu estágio e repassar as regras da instituição, mas nada parava sua determinação em jogar alguns minutos. Então tive que pedir orientação para o Pedagogo, meu supervisor que tentou dialogar com Borboleta que com aparência derrotada retornou a sua casa de acolhimento em seguida. De acordo com Couto e Rizzini (2021):

Crianças e adolescentes em situação de rua estão acostumados a circular pelo território e superar desafios diários para garantir sua sobrevivência e mantê-los confinados às instituições, sem estímulos, pode levá-los a desistir do atendimento ou tornar o ambiente mais conflitivo (p.12.).

Talvez por isso seja difícil para Borboleta, criada por tanto tempo nas ruas, se ocupar somente com a criação do seu filhote. Nos encontramos algumas vezes durante o resto do meu período de estágio, muitas vezes pedia o celular ou que eu carregasse seu filho enquanto conversava comigo, gostava de falar da sua vida antes do acolhimento, dos sonhos que tinha para si e para seus filhos e de suas preocupações.

O Acolhimento atende pessoas dos 0 aos 18 anos de idade, Borboleta irá completar dezoito em abril, não podendo ficar no local após a maioridade, quando terá que deixar o filho no local até conseguir provar que tem condições mentais e financeiras de cuidar do pequeno, apesar de poder visitá-lo uma vez por semana, a perspectiva de deixar o filhote a assustava, dizia a todos que não pretendia ir a lugar nenhum sem ele ou perguntava para os gestores como seria sua vida quando completasse a maioridade. Couto e Rizzini (2021) também falam sobre a importância do preparo do adolescente próximo à maioridade para deixar o Acolhimento:

Um outro ponto que gostaríamos de destacar refere-se à implementação de ações destinadas à preparação para o desligamento da instituição de acolhimento. Isso é especialmente importante para aqueles com idades próximas à maioridade e com remotas perspectivas de colocação em família substituta. Crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas costumam apresentar esse perfil e, por isso, é particularmente importante que eles estejam preparados para uma vida independente após o desligamento institucional (p.12).

Em vista disso, acho importante dizer que durante o tempo de estágio, Borboleta não estava ainda frequentando a escola regular e não realizava nenhuma atividade profissionalizante oferecida pela instituição, mas deveria retornar à escola em breve.

Nos dias de estágio percebi o carinho com o qual me tratava, algumas vezes se referindo a mim para outras pessoas como a “mãezinha” dela e de seu filho e demonstrava ciúmes quando outros adolescentes do Acolhimento falavam comigo, mãe dela e só dela, dizia. Sempre que nos encontrávamos perguntava a ela se tinha comido direito, se estava se cuidando ou tinha que lembrar de trocar a fralda do seu filho e quase todos os dias me acompanhava até o portão quando chegava minha hora de voltar para casa, mas a verdade é que durante nossas interações não senti ter as habilidades necessárias como profissional para lidar com suas especificidades.

Em uma sociedade em constante transformação, o papel do pedagogo se adapta constantemente às demandas na educação formal e não formal e muitos educadores sociais e formados ainda enfrentam dificuldades em lidar com a pedagogia social, o que gera insegurança ao se deparar com conflitos durante práticas pedagógicas (Berton; Da Luz, 2020). Nesse caso o que conseguia fazer era escutar e demonstrar atenção e cuidado com Borboleta e com seu filhote, mas seria necessária uma formação mais aprofundada para trabalhar com casos como o de Borboleta. Um pedagogo, independentemente de sua formação, não é capaz de sozinho resolver todos os desafios lançados em sua direção, por isso precisamos sempre estar sustentados por uma rede de apoio de especialistas que, por formação, possuem as ferramentas para solucionar problemas que estão fora do nosso alcance.

Quando penso em Borboleta, penso no contexto social no qual foi criada, vivendo na rua com a mãe e posteriormente com o “marido”, ambos adultos e usuários de drogas. Uma infância tão distinta da minha que deve ter tido, no jeito infantil que demonstrava contraposto com a necessidade de cuidar de um bebê, muitas vezes observá-la era como ver uma adolescente brincar de boneca, de como estava enfrentando a abstinência depois de tantos anos dependente da mesma droga, na desconfiança explícita dos outros com ela da qual tinha conhecimento, quando pedia para pegar algo meu ou de outra pessoa já avisava logo que não roubaria.

Quando penso em Borboleta, penso na angústia que sentia quando retornava a minha casa e lembrava nossos encontros e que devo me desculpar de compartilhar com você, leitor ou leitora, pelo desabafo. Penso em como eu, parte da mesma sociedade que deveria por lei protegê-la não consegui o fazer durante sua infância, mas também penso em quantas lagartinhas ainda serão minhas alunas, minhas conhecidas e que papel eu como pedagoga gostaria de ter em suas vidas.

Escolhi seu nome imaginando uma linda, colorida e vistosa borboleta, pois é assim que desejo a ver no futuro, se transformando e voando para uma vida digna e libertadora, até porque, eu tenho certeza de que “você consegue sim” Borboleta!

6 O FIM...MAS SÓ DO TRABALHO...PARA MINHA TRAJETÓRIA É SÓ O COMEÇO

Quando optei por estagiar em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o fiz por falta de alternativas e pressa em concluir o estágio obrigatório em espaços não escolares. Ao ser transferida para o currículo novo, protestei em silêncio (talvez não tão silencioso para quem mora comigo) sobre ter que realizar quatro estágios obrigatórios. Mas confesso que durante o breve período que estive com as educadoras sociais, as crianças e adolescentes da instituição, compreendi a importância em conhecer a Educação Não Formal para o graduando de Pedagogia.

Foi necessário revisitar as memórias da minha experiência durante a construção deste trabalho para comparar as primeiras impressões com a realidade do trabalho do educador social e, assim, poder refletir sobre a educação social e a importância do pedagogo que atua como educador social. Ao analisar situações que revelam a importância da relação entre o pedagogo e os educandos, pude perceber que a experiência no SCFV foi turbulenta, confusa e muitas vezes decepcionante para essa estagiária que chegou no local olhando o mundo com uma concepção pré-determinada sobre as práticas educativas da Educação Social, mas, ao mesmo tempo, fundamental na sua formação acadêmica. A educação social deve oferecer aos educadores, gestores, crianças e adolescentes ferramentas para a liberdade e compreensão do ser humano como um ser social (Neto, 2010). Somente conhecendo outros espaços é possível ter uma visão mais ampla sobre o papel do pedagogo, sendo possível compreender também como a educação considerada não formal, ou educação em espaços não escolares muitas vezes segue os moldes da educação formal vivida em espaços escolares, onde existem regras, métodos e demandas que são apresentados e exigidos constantemente das crianças, adolescentes e funcionários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos maneira rígida.

Uma história não pode e nem deve ser ignorada e não teria aprendido nada sobre educação social se não estendesse esse conceito também à educadora com a qual tive muita dificuldade em estabelecer um bom relacionamento. Foi uma árdua tarefa para mim, como humana, me conectar com a educadora social e enxergá-la além das suas práticas em sala, mas não posso ignorar que existe uma grande lacuna entre a função de estagiária exercida por mim em seis horas diárias durante um curto período de duas semanas e uma educadora contratada que trabalha 44 horas semanais sendo mal remunerada e carregando sua própria concepção de educação.

Não é possível comparar a minha visão com as experiências vividas pela educadora até para não cair no temido fatalismo criticado por vários teóricos da educação citados neste trabalho. Por isso, procuramos discutir sobre a importância da compreensão da visão de mundo do educador e educando na educação social, e entendemos a necessidade do educador estar sempre estudando, aprendendo, conhecendo outras realidades, se reinventado a cada desafio e descoberta, adotando constantemente estratégias diferentes, pois somos seres humanos diferentes. Algumas crianças que muitos julgam difíceis, chatas, problemáticas carregam em si um mundo diferente, justamente por serem seres humanos completamente únicos, Ursinho, Ararinha, Coalinha, Tigrinho e Borboleta são constantemente colocados na mesma posição de problemáticos, excluídos, vítimas de um determinismo pedagógico que segrega das convivências sociais fundamentais para seu desenvolvimento. Para evitar isso, como pedagoga terei que trabalhar as diferenças entre as expectativas que terei dos educandos e a realidade das práticas educativas já que as pessoas não são somente o que esperamos e é importante garantir que o ambiente educativo tanto formal ou não formal seja de valorização da diversidade (Perrenoud, 2011). Vale ainda, pensar as diferenças e necessidades dos próprios educadores sociais, junto com eles ter consciência do nosso compromisso ético e político com o outro.

As situações descritas durante o estágio só foram possíveis pelo interesse em compreender e conhecer o outro e me fizeram perceber o que não gostaria de fazer como educadora no futuro e como gostaria de trabalhar, utilizando de uma palavra (ou seriam duas?) Bom-senso. O Bom-senso de Paulo Freire (2020) que me diz que devo como educadora (ou futura educadora) respeito aos meus educandos, à sua história de vida e sua identidade, o bom-senso da pedagogia de Freinet (2004), que fala sobre o cuidado que o pedagogo deve ter em lembrar que também já foi criança, que existem caminhos diferentes para cada educando que pergunta que educador queremos ser. Ao conviver com todos, educadores, crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, compreendi o valor de escutar e como é enriquecedor conhecer cada um, sua maneira de lidar com os outros e com o ambiente em que estão. “Não é falando com os outros de cima para baixo, sobretudo como se fôssemos os portadores da verdade, que aprendemos a *escutar*, mas é escutando que aprendemos a *falar com eles*” (P. Freire, 2020, p.111).

Compreendi que ser pedagogo não quer dizer sempre estar pronto para lidar com todas as surpresas que nos atingem e que a educação se faz através não só de educadores, mas de educandos, pais, gestores e comunidade, visto que somos sociais e estamos sempre inseridos em grupos, como afirma Wallon (1979), não podemos atuar sozinhos ou nos colocarmos em

posição de superioridade, sendo importante para o educador pedir auxílio de outros profissionais aptos a lidar com situações das quais não fomos preparados como pedagogos e principalmente quando falamos de Acolhimento ou de educação social, devemos contar com assistentes sociais, psicólogos, funcionários da cozinha, mães e pais sociais na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Como pedagoga, não desejo no futuro colocar tigrinhos, borboletas, ursinhos, ararinhas e coalinhas todos em um trem seguindo o mesmo rumo, os mesmos velhos e enferrujados trilhos da educação no Brasil, quero poder conhecer ecossistemas, aprender com suas realidades e suas histórias, estudar, pesquisar, criando junto aos meus educandos novas trilhas rumo a práticas educacionais críticas, alegres e cheias de esperança.

REFERÊNCIAS

- AGRIPINO-RAMOS, Cibele; LEMOS, Emellyne; SALOMÃO, Nádia. **Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v.20, n.1, p.117-130, 2014.
- AGUIAR, Jessé. Você consegue sim. *In*: Aguiar, Jessé. **Acústico, Vol 2**. Todah Cover, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: ago. 2023.
- BRASIL. **Convivência e Fortalecimento de vínculos**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>>. Acesso em: ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da educação. **Piso Salarial do Magistério**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial#:~:text=O%20piso%20salarial%20do%20magist%C3%A9rio,valer%20a%20partir%20deste%20m%C3%AAs>>. Acesso em ago.2023.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: ago. 2023.
- BRASIL. Plano Nacional de Promoção, **Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf>. Acesso em: ago. 2023.
- BOSA, Cleonice; CAMARGO, Sígla. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. *Psicologia & sociedade*, v. 21, p. 65-74, 2009.
- CAMPOS, Herculano; FACCI, Marilda; LEAL, Záira. **Direito à educação, formação do adolescente e adoecimento docente no Estado capitalista**. Revista Educação em Questão, v. 54, n. 40, p. 205–230, 2016. DOI: 10.21680/1981-1802.2016v54n40ID9854. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9854>>. Acesso em: set. 2023.
- CASH, Johnny. What is Truth. *In*: Cash Johnny. **Starportrait**. CBS, 1971.
- COSTA, Liana; NOGUEIRA, Paula. **A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades**. Rev Bras Cresc Desenv Hum, 2005.
- COUTO, Renata; RIZZINI, Irene. **Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: Pesquisa e políticas públicas**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 20, n. 1, p. e39173-e39173, 2021.
- FERREIRA, Arthur; MOTA, Patrícia; SIRINO, Márcio. **As contribuições dos participantes da I jornada de educação não escolar e pedagogia social sobre o conceito de educação**

social. Pesquisa e Debate em Educação, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 252–267, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31815>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso**; tradução J. Baptista. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão. instrumentos metodológicos i**. 2ª ed. São Paulo : Espaço pedagógico, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, 48ª reimpressão: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GIANNINI, Susana. **Distúrbio de voz relacionado ao trabalho docente**: um estudo caso-controle. 2010. Tese (Doutorado em Epidemiologia) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.6.2010.tde-24052010-083813. Acesso em: ago. 2023.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

GOHN, Maria. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. Investigar em educação**, v. 2, n. 1, 2014.

_____. **Educação Não Formal e o Educador Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Ed. 2010.

GRACIANI, Maria. **Pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2014.

KLIN, Ami. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 28, 2006.

MORENO, Gilmara; VIEIRA, Vanessa. **O trabalho do pedagogo na instituição de acolhimento: reflexões sobre educação**. *Cadernos de Comunicação*, v. 27, n. 2, 2023.

NETO, João. **Pedagogia Social: A formação do Educador Social e seu campo de atuação**. *Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES.Vitória(ES)*, n. 32, p. 29-64, jul/dez 2010.

NETO, Samuel; PENTEADO, Regina. **Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão**. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 135–153, jan. 2019.

OLIVEIRA, Leila; SUYEYASSU, Sueidy; UCHÔA, Márcia. **Currículo e formação de professores/as para a interculturalidade. Estratégias Pedagógicas contra a Xenofobia Racializada**. *Culturas & Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2022.

PEREIRA, Sandra. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar.** Aconchego, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso.** Artmed Editora, 2011.

POSSEBON, Elisa; SEVERO, José. **Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar.** João Pessoa: UFPB, 2019.

RAMOS, Marcos; ROMAN, Artur. **Educadores sociais: a importância da formação na implementação de tecnologias sociais.** Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil, 2011.

VALENTE, Jane. **As relações de cuidado e proteção no serviço de acolhimento.** São Paulo, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica.** Porto Alegre: Artmed. 2004

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da criança.** Lisboa, 1979.